

OS TEMAS E OS PROBLEMAS

UM SABER EM ESPIRAL:
DESAFIOS AO CONHECIMENTO
HUMANO NO SÉCULO XXI

NESOLOGIA: PECULIARIDADES
GNOSIOLÓGICAS DAS ILHAS

CONHECIMENTO CIENTÍFICO E
HUMANIZAÇÃO DA PAISAGEM

HISTÓRIA DA MADEIRA

CULTURA, LINGUAGENS E
CRIAÇÃO ARTÍSTICA

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO
HUMANA E PROFISSIONAL
E DESAFIOS DA SOCIEDADE
MADEIRENSE

POLÍTICA, SOLIDARIEDADES,
COMUNICAÇÃO E DIÁSPORAS



Conhecer é a forma suprema da razão humana dominar o mundo, ou seja, de se sentir senhora da vida e da terra habitada. A sistematização do conhecimento de forma distinta e organizada por disciplinas decorre, entretanto, da vontade de ordenar o caos do saber. O conhecimento sistemático oferece-nos então um mapa orientador, que nos dá a impressão pacificante de que abarcamos a realidade e dominamos o caos.

Cada época cultural sentiu a necessidade de realizar esta sistematização, quer em versão de compêndios multidisciplinares, quer em versão de enciclopédia.

Esta obra resulta justamente de um evento científico realizado no quadro de um grande projeto de produção de um novo saber enciclopédico sobre a região autónoma da Madeira.

Foi a partir dos resultados de pesquisa e das reflexões apresentadas nesse evento que esta obra se estruturou, assumindo-se que o maior dos desafios seria uma aposta forte na interdisciplinaridade e na discussão das suas possibilidades e dos seus limites em tempos de acentuada especialização.

Os que se interessam pelos temas madeirenses, articulados e enquadrados por reflexões epistemológicas que interessam à problematização do processo de produção de conhecimento no século XXI, encontrarão aqui, com certeza, leituras estimulantes.

QUE SABER{ES}
PARA O SÉCULO XXI?



HISTÓRIA, CULTURA E
CIÊNCIA NA MADEIRA



QUE SABER{ES} PARA O SÉCULO XXI?

HISTÓRIA, CULTURA E CIÊNCIA NA MADEIRA



COORDENADORES
JOSÉ
EDUARDO
FRANCO
E CRISTINA
TRINDADE

COORDENADORES
JOSÉ EDUARDO FRANCO
E CRISTINA TRINDADE

OS AUTORES

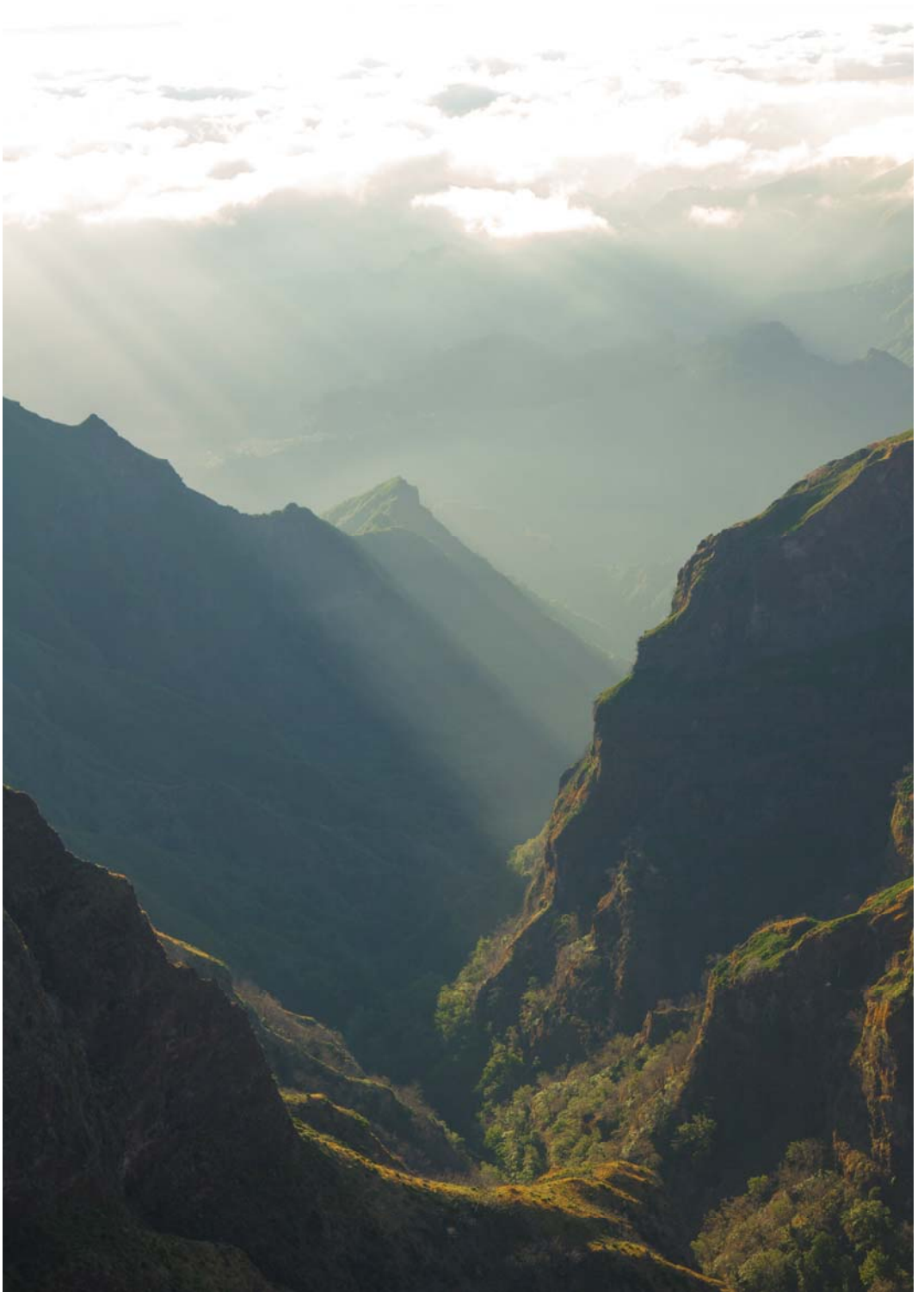
Alberto Vieira
Aline Bazenga
Ana Cristina Trindade
Ana Londral
Annabela Rita
Carla Lucas
Carlos Valente
Catarina Faria
Cristina Coelho
Cristina Trindade
Custódia Drumond
Daniela Marcheschi
Ernesto Rodrigues
Filipa Oliveira
Guilherme Silva
Isabel Santa Clara
Jacinto Jardim
Joana Balsa de Pinho
João David Pinto Correia
João Relvão Caetano
Jorge Freitas Branco
José Eduardo Franco
José Manuel Paquete de Oliveira
José Renato Gonçalves
Luís Machado de Abreu
Luísa Marinho Antunes
Luísa Soares
Marc Augé
Miguel Sequeira
Nelson Veríssimo
Paulo Miguel Rodrigues
Raimundo Quintal
Rui Carita
Simão Silva
Teresa Norton Dias
Thierry Proença
Thomas Dellinger
Viriato Soromenho-Marques

Projeto 'Aprender a Madeira – Dicionário de História da Madeira'
apoiado pelo programa Intervir +
www.aprenderamadeira.net



CLEPUL
Centro de Literaturas
e Culturas Lusófonas
e Europeias
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa





• COLEÇÃO ESTUDOS INSULARES •

DIREÇÃO

José Eduardo Franco
José Manuel Paquete de Oliveira

CONSELHO CIENTÍFICO CONSULTIVO

Alberto Vieira, Aline Bazenga, Ana Rita Londral
Carlos Valente, Cristina Trindade, Custódia Drumond
Eduardo Jesus, Isabel Santa Clara, Jacinto Jardim
João David Pinto-Correia, Jorge Freitas Branco
José Agostinho Jardim Gonçalves, Luísa Marinho Antunes Paolinelli
Luísa Soares, Miguel Sequeira, Nelson Veríssimo
Paulo Miguel Rodrigues, Raimundo Quintal, Renato Gonçalves
Rui Carita, Saturino Gomes, Sílvio Fernandes, Simão Daniel Silva,
Teresa Norton Dias, Thierry Proença, Thomas Dellinger

A condição insular foi geradora de cultura, de literatura, de modos de estar e de pensar com matizes peculiares conferidos pela mundividência de quem nasceu com a marca de ter o mar como grande e vasta fronteira. Esta coleção pretende publicar obras sobre autores, temas e problemas que valorizem a herança cultural gerada nas ilhas, nomeadamente nas ilhas portuguesas.

QUE SABER{ES} PARA O SÉCULO XXI?

HISTÓRIA, CULTURA E CIÊNCIA NA MADEIRA

Esta obra foi publicada no âmbito do projeto
'Aprender a Madeira – Dicionário de História da Madeira',
apoiado pelo programa 'Intervir +' www.aprendermadeira.net

TÍTULO

Que Saber(es) para o Século XXI?
História, Cultura e Ciência na Madeira

COORDENADORES

José Eduardo Franco e Cristina Trindade

AUTORES

Alberto Vieira, Aline Bazenga, Ana Londral, Annabela Rita
Carla Lucas, Carlos Valente, Catarina Faria, Cristina Coelho
Cristina Trindade, Custódia Drumond, Daniela Marcheschi, Ernesto Rodrigues
Filipa Oliveira, Guilherme Silva, Isabel Santa Clara, Jacinto Jardim
Joana Balsa de Pinho, João David Pinto-Correia, João Relvão Caetano
Jorge Freitas Branco, José Eduardo Franco, José Manuel Paquete de Oliveira
José Renato Gonçalves, Luis Machado de Abreu, Luísa Marinho Antunes
Luísa Soares, Marc Augé, Miguel Sequeira, Nelson Veríssimo
Paulo Miguel Rodrigues, Raimundo Quintal, Rui Carita, Simão Silva
Teresa Norton Dias, Thierry Proença, Thomas Dellinger, Viriato Soromenho-Marques

DIREITOS RESERVADOS

© Esfera do Caos Editores, APCA e Autores

DESIGN DA CAPA

DesignGlow

FOTOGRAFIAS EXTRA-CAPÍTULOS

(SEPARADORES DE PARTES E SECÇÕES, E PÁGINAS INICIAL E FINAL)

© Florentino Bernardes Franco

IMPRESSÃO E ACABAMENTO ACD PRINT

DEPÓSITO LEGAL 385734/14

ISBN 978-989-680-133-5

1ª EDIÇÃO Dezembro de 2014

ESFERA DO CAOS EDITORES

Campo Grande
Apartado 52199
1721-501 Lisboa

www.esferado caos.pt

APCA – AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DA CULTURA ATLÂNTICA

Estrada Comandante Camacho de Freitas, 516
9020-152 Funchal

www.apca-madeira.org

QUE SABER{ES} PARA O SÉCULO XXI?

HISTÓRIA, CULTURA E CIÊNCIA NA MADEIRA

COORDENADORES

JOSÉ EDUARDO FRANCO
E CRISTINA TRINDADE


ESFERA DO CAOS
EDITORES


AGÊNCIA DE | PROMOÇÃO DA CULTURA ATLÂNTICA

Tradições populares madeirenses: emoções e representações

Thierry Proença

Universidade da Madeira

O tema “tradições populares madeirenses” estabelece, logo à partida, uma relação entre um território – o arquipélago da Madeira –, um coletivo humano e as suas práticas quotidianas, ou seja, um conjunto de valores morais, saberes e fazeres, inscrito numa continuidade temporal em constante adaptação às sucessivas realidades. Trata-se, portanto, de discursos, gestos e objetos históricos da sociedade madeirense, aptos a constituírem lugares de construção e de representação da coesão e identidade culturais.

No atual contexto de acelerada transformação dos modos de vida, vale a pena refletir sobre os padrões referenciais daquilo que se apresenta como traço singular do espaço e da afinidade madeirenses, o que levanta a questão de saber como constituir um repositório dos diferentes aspetos dessa configuração civilizacional, até para – quanto mais não fosse – perspetivar o evoluir dos seus sentires identitários.

Por vivermos hoje não só cientes da necessidade de proteger quer a paisagem natural e cultural, quer o património móvel e imaterial, mas também seduzidos pela busca das raízes, pela revisitação da memória coletiva¹ e pelo reconhecimento de sinais diferenciadores, preocupamo-nos, deste modo, com a divulgação dos saberes e vivências “do povo”, para “o povo” e com “o povo”. Não só esta busca contribui infalivelmente para o desenvolvimento da Madeira, como ainda é desse cadinho social e cultural que depende a imagem de marca com que a Ilha se apresenta ao mundo.

¹ A propósito da memória coletiva, Edil Silva Costa declara: “Todos os grupos humanos, independente ao grau de civilização em que se encontram, detêm uma tradição, onde está arquivada a sua *memória coletiva*. Desde a civilização mais primitiva à mais complexa, é a continuidade da tradição que garante a sobrevivência cultural do grupo e seu aperfeiçoamento.” (Edil Silva Costa, “Tradição: a criação colectiva”, *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n.º 9 (Julho), Lisboa, Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 1993, pp. 19-29.)

Esse modo de ser e de sentir-se madeirense – a tal “madeirensidade” cujo conceito, caro ao meu colega Paulo Miguel Rodrigues², se tem discutido nestes últimos anos no nosso meio académico – ou seja, uma consciência coletiva própria, marcada por um dado contexto geográfico e histórico, define uma comunidade de destino que apela a uma identidade legitimadora e de projeto. Nos planos do sentimento de si, do sentido da pertença e do imaginário, esta noção prende-se com a universal exemplaridade do seu significado mítico, enquanto discurso fundacional de um “nós” (os da Madeira) a demarcar-se de um “eles” (os de Portugal continental), que faz oscilar o insular entre a madeirensidade e a portugalidade, entre a proximidade e a distância, entre a forte atração magnética que a Ilha exerce e o insistente apelo à descoberta do mundo.

Logo, sem nunca menosprezar os desafios da contemporaneidade, será conveniente observar a tradicionalidade, alicerçada em conhecimentos transmitidos de geração em geração, conjugando saberes, crenças e maneiras de ser, sobre os quais importa refletir. Essa tradicionalidade, definida pela UNESCO, desde 1989, como processo dinâmico e funcional, com aceitação coletiva, descreve-se a partir de campos temáticos, tais como os recursos naturais e o trabalho, a família e a comunidade, as formas de expressão religiosa e a medicina popular, a alimentação e a culinária, as técnicas de produção e o artesanato, os particularismos linguísticos e a norma padrão, ditos e cantares, contos e romances tradicionais, festas e diversões, partidas e regressos.

Daí emanam as manifestações que resultam de um misto de elementos exógenos com elementos endógenos, não raras vezes reinterpretados e frequentemente em diálogo com outras latitudes. Neste sentido, a cultura popular madeirense, de acordo com a aceção que aqui lhe dou, merece ser considerada e estudada nos seus próprios termos, num enquadramento de natureza interdisciplinar (Etnografia, Antropologia, Linguística, Sociologia, Ecologia, História, Economia, Artes Performativas e Biologia), procurando uma articulação íntima com os domínios

² Ver Paulo Miguel Rodrigues, “Da insularidade: prolegómenos e contributo para o estudo dos paradigmas da Madeirensidade” (1910-1926), in Alberto Vieira (dir.), *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 2, Funchal, Secretaria Regional de Educação e Cultura/Centro de Estudos de História do Atlântico, 2010 (em suporte CR-ROM).

dos Estudos Culturais. Tal é o desígnio que o projeto do *Dicionário Enciclopédico da Madeira* se propõe alcançar.

A partir do século XX, a Cultura democratizou-se e pluralizou-se em “culturas”, deixando de ser uma atividade fechada sobre si mesma, fazendo cada vez menos sentido vê-la compartimentada em categorias como alta cultura, cultura ordinária, cultura erudita e cultura popular, cultura oficial e cultura alternativa. Numa época de maior mobilidade geográfica, social e intercultural, passamos do antropocentrismo para uma tendência antropomórfica, em que o homem da rua passa a ser obreiro de si próprio, autoconstruindo-se, desenvolvendo filtros através dos quais se modela. Deste modo, a sua identidade nunca é uma construção acabada, porque alterável ao longo do tempo, consoante o seu percurso de vida. Trata-se, com efeito, de um processo dinâmico, tal como o define Claude Clanet do seguinte modo: “Ce sont les actualisations de ces interrelations entre les individus et les ensembles des significations détenues par la communauté qui constituent la culture dans son aspect dynamique”³. Esse indivíduo comum integra, pois, o conjunto de anónimos que estão na base da sociabilidade moderna e do pulsar cultural, enquanto criação coletiva. Para uma sociedade orbitar em torno de si mesma, deverá fixar significativas referências no plano do simbólico e dos laços afetivos, admitindo simultaneamente influências e experiências diversas no seu corpo social. Assim, nesse corpo social, existem diferenças culturais profundas, consoante os níveis de educação, as origens de classe, as faixas etárias, o género, os centros de interesse, entre outros aspetos.

É nesse sentido que procurarei, em jeito ensaístico, demarcar as várias coordenadas sobre o tema proposto, partindo do tópico “intérpretes e mediadores das tradições madeirenses”, para traçar relações entre discurso, performance e legado, através de uma análise de vários registos que as épocas sedimentaram e, por fim, centrar-me-ei nas “tradições populares: emoções e representações” com o intuito de deixar observações e pistas de reflexão.

³ Claude Clanet, *L'Interculturel – Introduction aux approches interculturelles en Éducation et en Sciences Humaines*, Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 1990, p.16.

Intérpretes e mediadores das tradições madeirenses

É em pleno séc. XIX, com a redescoberta “romântica” dos romancieiros e cançãoeiros, na senda de Garrett, e, sobretudo, por se fazer sentir a necessidade de animação da capital insular para gáudio de funchalenses e visitantes, que alguns aspetos das tradições populares da Madeira vão ganhar relevância. Assiste-se, por um lado, ao desenvolvimento de registos descritivos, quer em manuscritos⁴, quer em periódicos, quer em livros, e, por outro, à exibição, em 1850, na Praça Académica, de um grupo de camponeses de São Martinho que, com trajes antigos, dançaram o “à la moda” na primeira feira organizada pelo Governador Civil, José Silvestre Ribeiro⁵. Tanto quanto se sabe, o poeta Joaquim Pestana (1840-1909) e o artista João Nunes (1850-1927) terão sido alguns dos precursores do folclore madeirense. O poeta recolheu quadras populares e assentou alguns apontamentos etnográficos na imprensa regional. O artista, mais conhecido por “Diabinho” e pertencente a uma família de violeiros no Funchal, terá publicado⁶ trabalhos sobre a música e os cordofones regionais (a viola e o rajão) a partir de 1872. Em 1880, Álvaro Rodrigues de Azevedo (1825-1898), incentivado por Teófilo Braga (1843-1924) com quem trocava correspondência⁷, publica no Funchal o *Romanceiro do Archipelago da Madeira*, a que não faltam contos e jogos verbais infantis.

⁴ Citando o estudo de Manuel Morais à *Coleção de Peças para Machete [1846] de Cândido Drumond de Vasconcelos* (2003), Filipe dos Santos (2013: 150) enuncia: “Existem vários métodos manuscritos, datados de 1844 (sensivelmente) até 1901, para a aprendizagem do machete (...). Deste conjunto, convirá destacar a coleção de peças da autoria de Cândido Drumond de Vasconcelos – um virtuoso madeirense desse instrumento, a par de Manuel Joaquim Monteiro Cabral e António José Barbosa –, datada de 1846 e impressa no ano de 2003.”

⁵ Danilo José Fernandes, “O Folclore em eventos sociais entre 1850 e 1948: factos e evidências”, *III Colóquio do grupo de Folclore e etnográfico da Boa Nova*, prefácio de T. M. e colaboração de Maria Ivone Alves Vieira Fernandes e Nelita do Sacramento Gonçalves Sousa, Funchal, Grupo de Folclore e Etnográfico da Boa Nova, 1999.

⁶ Ver, por exemplo, Visconde do Porto da Cruz, “João Nunes (Diabinho), o precursor do “folclore” madeirense”, *Revista Portuguesa*, n.º 23, 1942, pp. 17-19 (*apud* Silvia Gilberta Gomes, na sua dissertação de Mestrado *Memória e Promoção Cultural Madeirense na obra do Visconde do Porto da Cruz*, Universidade da Madeira, 2013, p. 49).

⁷ Jorge Freitas Branco, “Entre a imagem e a realidade: reflexões sobre a Madeira como experiência antropológica”, *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, Vol. I, Funchal, Governo Regional da Madeira, 1989, pp. 270-306.

Nas primeiras décadas do século XX, um conjunto de intelectuais, apostados em afirmar a identidade cultural madeirense, junta à sensibilidade inata de filhos da terra o gosto pelo labor da escrita e da investigação. Surgem, então, os primeiros textos sobre aspetos etnográficos do arquipélago da Madeira de Adolfo César de Noronha (1873-1963), Alberto Artur Sarmiento (1878-1953), Jayme Sanches de Câmara (1881-1946), Visconde do Porto da Cruz (Alfredo de Freitas Branco, 1890-1962), Eduardo Antonino Pestana⁸ (1891-1963), Carlos Maria dos Santos (1893-1955), João Cabral do Nascimento (1897-1978), Ernesto Gonçalves (1898-1982), Horácio Bento de Gouveia (1901-1983), Jaime Vieira Santos (1903-1981), Fernando de Aguiar (1909-?) ou Manuel Ferreira Pio (1928-1993). A esta lista devemos aduzir esses observadores privilegiados da comunidade que os padres costumam ser, como, a título de exemplo, Fernando Augusto da Silva (1863-1949), o coautor do *Elucidário Madeirense*; Jacinto da Conceição Nunes (1869-1954), um colecionador de artefactos antigos; Eduardo C. N. Pereira (1887-1976), o autor de *Ilhas de Zargo*; Alfredo Vieira de Freitas (1908-1993), ou Manuel Juvenal Pita Ferreira (1912-1963).

Os folcloristas da primeira metade do século XX – uns marcados pelo horizonte do Integralismo Lusitano, outros simplesmente animados pelo interesse crescente, em toda a Europa, pelos grupos folclóricos e pelas suas representações, “numa época de afirmação feroz das identidades nacionais”⁹, e ainda aqueloutros enquadrados, pouco depois, na política cultural do Estado Novo¹⁰, versada na exaltação do passado e do povo português para fins propagandísticos do poder vigente¹¹ – vão registar e descrever os costumes do povo insular, formas e expressões

⁸ Ver o interessante trabalho sobre “O Natal Madeirense”, em que faz, com base numa análise de dois autos de Gil Vicente, a demonstração de que a liturgia popular do Natal na Madeira corresponde à do continente na era de Quatrocentos.

⁹ Jorge Torres, Rui Camacho, “O Xarabanda e a revalorização da música tradicional madeirense”, in Manuel Morais (coord.), *A Madeira e a Música – Estudos (c. 1508-c. 1974)*, Funchal, Empresa Municipal “Funchal 500 Anos”, 2008, pp. 635-638.

¹⁰ O Estado Novo, uma ditadura de tipo fascizante, vai organizar gradualmente o folclore “administrado”, disseminado pelos cartazes e pela rádio, tratado ora como mercadoria, ora como propaganda do regime.

¹¹ João David Pinto-Correia, “Memória e identidade insulares”, in *Aquarelas de Carlos Luz: Madeira 2000*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Direção Regional dos Assuntos Culturais, 1999, pp. 13-26.

da sua linguagem, cantigas e toadas, a religiosidade e as crenças, o trajar e os seus bailados, a memória e o anedotário das condições de vida. Muitos desses trabalhos aparecerão em monografias ou nas revistas *Arquivo Histórico da Madeira* (iniciada em 1931) e *Das Artes e da História da Madeira* (1948-1971). Jorge Freitas Branco¹² descreve-os como sendo obra de “estudiosos locais, desligados do contexto nacional (central) da pesquisa etnológica e, talvez por isso, quase exclusivamente preocupados em fabricar uma imagem regional, característica ou mesmo típica”. Com efeito, tomando o povo por testemunha e arquivo da tradição, acreditavam na investigação da origem e das características das manifestações folclóricas como o meio mais eficiente para afirmar a identidade insular.

A partir dos anos 70, sucedem-se gerações que foram sensíveis a aspetos relativos à definição da comunidade madeirense enquanto entidade cultural, isto é, ao levantamento de um conjunto de características de um modo de ser e de estar dos populares. São intelectuais – músicos, artistas plásticos, fotógrafos, funcionários, professores ou jornalistas –, como António Aragão (1921-2008), Artur Andrade (1927-1992), Rui Santos (1921-), Francisco de Freitas Branco (1924-1996), Maria Augusta Nóbrega (1929-2007), José de Sainz-Trueva (1947-), Mário André Rosado (1949-), António Rodrigues (1951-), Jorge Valdemar Guerra (1953-), Rui Camacho (1957-), Danilo Fernandes (1958-) ou Vítor Sardinha (1961-), que desenvolvem ora indagações “no terreno” para coletar registos sonoros e fotográficos, objetos e memórias, ora reconstituições e eventos para difundir o gosto pela cultura popular, mediante uma voluntariosa aprendizagem autodidata¹³. Outros há que enveredam pelo ativismo cidadão, a exemplo de João Carlos Abreu (1935-), futuro gover-

¹² *Op. cit.*, p. 278.

¹³ A esse propósito, escreveu Vítor Sardinha, no seu artigo “Um olhar sobre as práticas musicais madeirenses do século XX”: “Um pequeno núcleo de investigadores e musicólogos amadores, dos quais se destacam António Aragão e Artur Andrade, iriam recolher por toda a Madeira e Porto Santo nos anos 70 o cantar e tocar do nosso povo, registando-os para o futuro. Foi um imensurável testemunho que viria a repor a verdade, quando comparado com o “folclore” inventado a partir do meio urbano e que se destinava apenas a ser apresentado nos hotéis.” (Vítor Sardinha, “Um olhar sobre as práticas musicais madeirenses do século XX”, in João Abel de Freitas (coord.), *A Madeira na História – escritos sobre a pré-autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, 2008, p. 111.)

nante, empenhado em resgatar da estigmatização a zona velha do Funchal e apostado na sua afirmação e revitalização. Para eles, se esses modos de viver, sentir e agir se apresentam comuns à maioria dos insulares, devem, então, ser considerados como uma parte da consciência coletiva ou como um traço da personalidade cultural madeirense.

Se é certo que a imprensa do Funchal e vários grémios (grupos de dança ocasionais e seguidamente formalizados, Casas do Povo...) procuraram revalorizar as tradições populares insulares, depois, já em plena autonomia política e administrativa da Região, fortalecem-se e multiplicam-se as organizações dedicadas ao seu registo, preservação e estudo, designadamente a moderna comunicação social regional (imprensa, rádio, televisão¹⁴ e meios *online*), a Direção Regional dos Assuntos Culturais (D.R.A.C.), através de museus e da Direção de Serviços de Educação Artística e Multimédia (vulgo DSEAM, ex-GCEA), o Parque Natural da Madeira, coletividades várias, como a “Associação Musical e Cultural Xarabanda”, a “AFERAM” (Associação de Folclore e Etnografia da Região Autónoma da Madeira) e a “Archais” (Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira), e diversas instituições, tais como câmaras e juntas de freguesia¹⁵, o Centro de Estudos da História do Atlântico (1985) e a Universidade da Madeira (1988). Na área do jornalismo regional pós-25 de abril, Horácio Bento de Gouveia, Maria Aurora Carvalho Homem, Manuel Nicolau, Duarte Caires, Luísa Gonçalves e Lília Mata retratam e documentam vivências antigas, em desuso, memórias do quotidiano de tempos idos, evocam práticas e usos castiços que legitimam a especificidade cultural e identitária madeirense, e que cativam a curiosidade da audiência regional e da diáspora portuguesa. Para preservar e recriar os estilos musicais de inspiração popular formaram-se grupos, tais como os “Xarabanda” (1981, ex-“Algozes”), “Banda d’Além” (na década de 90) e “Encontros da Eira” (1997), que se dedicam a fazer recolhas e registos, posteriormente trabalhados e divulgados nos eventos em que participam ou nos CDs que editam.

¹⁴ Na Madeira, a imprensa surge em 1821, a rádio privada começa a emitir em 1948 e a Emissora Nacional em 1967, sendo a RTP-Madeira criada em 1972.

¹⁵ A título exemplificativo, enumeram-se alguns periódicos que essas instituições lançaram e que versam sobre o passado insular: *Islenha*, *Xarabanda*, *Girão*, *Origens*, *Ilharq*, *Folclore*, *Por Terras Tabaqueiras*; juntam-se-lhes Boletins Municipais e sites de juntas de freguesia da Região.

A par de toda essa atenção e experiências, motivadas pela militância cultural, numerosos trabalhos de caráter científico têm vindo a lume. Vale a pena referir alguns nomes importantes, como os etnógrafos Kate Brüdt e Jorge Dias, os geógrafos Orlando Ribeiro e Raimundo Quintal, o engenheiro agrônomo Joaquim Vieira da Natividade, os antropólogos Jorge Freitas Branco e Jorge Torres, os estudiosos de Literatura Oral e Tradicional, designadamente Pere Ferré, João David Pinto-Correia e Bela de Menezes, os historiadores Rui Carita, Alberto Vieira, Nelson Veríssimo, João Adriano Ribeiro, a museóloga Lídia Goes Ferreira, o realizador José Luís Cabrita, o arquiteto Victor Mestre, o musicólogo Manuel Morais, o arqueólogo Élvio Sousa, os linguistas Lindley Cintra, Naidea Nunes, Helena Rebelo e Aline Bazenga, investigadores da etnobotânica como Licínia Costa Ramos, Fátima Freitas e Maria da Graça Mateus¹⁶. Numa linha de investigação literária para fins de divulgação junto do grande público, atente-se igualmente no trabalho experiente do polígrafo José Viale Moutinho (1935-).

Além do acervo de artes figurativas, monografias, ensaios, artigos e recolhas que versam sobre a tradição madeirense, importa considerar a escrita literária, quer na sua vertente de literatura de viagens, quer na de motivação socio-etnográfica, quer na narrativa da memória insular.

A Literatura de viagens (séc. XV-séc. XIX), constituída por relações de jornada, diários de bordo, correspondência entre negociantes, memórias ou jornal de um périplo de caráter autobiográfico, desenhos, estampas e fotografias, resulta, regra geral, de testemunhas oculares dos lugares por elas fixados no papel, com observações diversas acerca da população e suas atividades. Neste sentido, esses documentos representam a “auscultação do confronto entre culturas/civilizações”¹⁷ e, como tal,

¹⁶ Ver a esse respeito *Plantas e Usos Tradicionais nas Memórias de Hoje – Freguesias da Ilha*, de Miguel Sequeira, Susana Fontinha, Fátima Freitas, Licínia Ramos e Maria da Graça Mateus, Casa do Povo da Ilha - Santana, 2006, *Plantas e seus usos tradicionais – Freguesia Fajã da Ovelha*, de Fátima Freitas e Maria da Graça Mateus, Funchal, Parque Natural da Madeira, 2013, bem como *Plantas aromáticas e medicinais em contexto urbano: saberes madeirenses na cidade do Funchal*, de Licínia Costa Ramos, dissertação apontada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Antropologia – Natureza e Conservação, e apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa em julho de 2013.

¹⁷ Ana Isabel Moniz, Thierry Proença dos Santos, “O Funchal na Literatura de Viagens (em textos de italianos, franceses e de um castelhano)”, *Funchal*

dão conta de dois mundos: o das tradições dos ilhéus e o das impressões do forasteiro (filtradas pela sua visão e entendimento do mundo).

No que diz respeito à literatura de motivação socio-etnográfica, há um desdobramento nos formatos da poesia descritiva, por vezes com intenção jocosa¹⁸, da peça de teatro¹⁹, da crónica e do conto. Em muitos desses textos cultivava-se um *estilo madeirense*, que consiste na tentativa de transpor para a escrita os “falares” dos camponeses, na projeção da cor local, na encenação de tipos humanos ilhéus ou frequentadores da Ilha, na evocação quer de factos e vultos históricos, quer de lendas locais, na expressão de uma sentida insularidade, ora motivo de orgulho, ora de frustração. De João dos Reis Gomes (1869-1950) a Ernesto Leal (1913-2005), passando por João França (1908-1996), vários autores deram conta dessa expressão²⁰, ora em tons carregados e dramáticos, ora em tintas cómicas e benevolentes.

Quanto à narrativa da memória insular, plasmada no convívio popular, pode dizer-se que tem dominado nestes últimos tempos a produção literária. Representa o registo pessoal do tempo vivido, que flui à margem dos factos históricos, mas ao sabor do quotidiano e do intimismo. A perspetiva histórica mantém-se, visto haver o delinear de um passado de que o autor/narrador ainda tem reminiscências ou procura evocar. Movido pelo apelo da memória afetiva, o escritor esforça-se por recriar o ambiente social e caracterizar a paisagem e as gentes que conheceu, propondo, desse modo, uma literatura-testemunho, num jogo em que se entrelaçam a crónica, a memória e a ficção.

(d)Escrito – ensaios sobre representações literárias da cidade, Vila Nova de Gaia, 7 Dias 6 Noites, 2011, p. 120.

¹⁸ Por exemplo, o poeta José António Monteiro Teixeira (1795-1876) tira do prelo, em 1845, um *Manual dos Romeiros da Novena de N. S. do Monte ou Bussola métrica, joco-moral*, obra inspirada no estilo de Bocage e dedicada ao vinho e amor que acompanhavam os romeiros ou as romarias. Trata-se de uma obra in 8º de 32 páginas, impressa no Funchal, pela tipografia do Imparcial.

¹⁹ Veja-se, por exemplo, *A Família do Demerarista* (Funchal, 1859) de Álvaro Rodrigues de Azevedo, *Última Benção* (Funchal, 1917) de Elmano Vieira, o *Auto dos Vilões* (Funchal, 1927) de Jaime Câmara, *O Emigrante* (Lisboa, s.d.) de João França, bem como a *Ilha de Arguim* (Lisboa, 1996) de Francisco Pestana.

²⁰ João Gouveia (1880-1947), Alberto Artur Sarmiento, Teodoro Correia (1890-1955), Elmano Vieira (1892-1962), António Marques da Silva (1900-1978), Horácio Bento de Gouveia e Carlos Cristóvão (1924-1998) apresentam-se como alguns dos cultores deste filão literário.

Vê-se, assim, renascer, num mundo cada vez mais feito à escala “glocal”, livros de recordações sobre a história da família ou dos lugares da infância – onde a Ilha, apesar das ocasionais penúrias decorrentes de condicionalismos geográficos, se afigura como o refúgio que abriga e protege. Em despeito de um tom impregnado, ora de compaixão, ora de bonomia, esses textos são atos simbólicos, que tendem a louvar o antigo equilíbrio social e a expressar o fascínio pelas origens, determinados pela angústia e a saudade que a contemporaneidade, repleta de incertezas, suscita. No tocante a essa matéria, a passagem do séc. XX para o século XXI tem sido pródiga, se atentarmos nos textos de João Carlos Abreu, Irene Lucília Andrade (1938-), António José Rodrigues (1940-), Ricardo França Jardim (1946-), Lídio Araújo (1951-), Francisco Fernandes (1952-), Nelson Verissimo (1955-), António Fournier (1966-), Lília Mata (1967-) ou Marta Caires (1971-).

Tradições populares: emoções e representações

Quanto ao tema das tradições populares e das emoções que elas despertam, tal abordagem pressupõe uma interação afetiva e emocional entre formas e intérpretes da tradição e os vários públicos que a ela aderem. Para ilustrar o meu propósito, apoiar-me-ei numa citação do etnógrafo Manuel Viegas Guerreiro que repara de forma certa: “Sob o impulso da alegria ou da dor ou para se aliviar do trabalho o homem desabafa suas emoções, desferindo acordes nos instrumentos sonoros que tem à mão, cordas da voz ou outras, em quaisquer objetos que produzam sons”²¹.

Tal situação sugere espontaneidade e autenticidade, apresentando um concentrado de humanidade, a condição da vida humana e a sua capacidade para a sublimar. Assim, à luz desse exemplo, a questão das emoções poderia ser abordada sob dois prismas: por quem integra esse *modus vivendi* e o interpreta (os atores) e por quem assiste e eventualmente participe nele (os legatários, isto é, as gerações seguintes). A manutenção dessa cultura expressiva, resultante de identidades, experiências e ambientes vividos, dependerá dos sentimentos, preferências e interesse dos sujeitos que a auferem, podendo, ou não, transmiti-la.

²¹ Manuel Viegas Guerreiro, *Para a História da Literatura Popular Portuguesa*, 3.^a ed., Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1993, p. 9.

A emoção, definida pelo neurocientista António Damásio²² como um feixe de respostas fisiológicas do corpo suscitadas de modo mais ou menos autónomo pelos estímulos e pulsões exteriores, está alinhada com o corpo, ligada à ordem do sensível e à vida pública, enquanto os “sentimentos” estão acertados com a mente, ligados à ordem da moral e à vida privada. Esta última conceção, mais próxima da noção dos afetos, é aquela que se tem revelado mais operativa no campo das Ciências Sociais e Humanas. Como tal, emprego, na presente abordagem, os termos “emoções” e “sentimentos” indiferentemente um pelo outro, porque parto da hipótese, na esteira do linguista Patrick Charaudeau²³, de que as emoções surgem de uma “racionalidade subjetiva”, integrada numa intencionalidade e numa finalidade que o sujeito planeia, determinada pelos valores e crenças que o habitam e pela sua capacidade de autocontrolo emocional.

Quer isto dizer que, como enuncia o sociólogo Carlos Fortuna²⁴, a reação dos indivíduos ao mesmo estímulo nunca é idêntica, variando consoante fatores como a psicologia, a memória ou o conhecimento que cada um desenvolve. Quando um sujeito aprecia um elemento dramático associado a objetos significativos, paisagens impressionantes, monumentos admiráveis, obras-primas, lugares da memória ou práticas árduas do passado, afloram-lhe sentimentos que decorrem das emoções filtradas através dos domínios do pensamento, da sensibilidade e dos seus centros de interesse.

Deste modo, a emoção revela-se na representação de um objeto que o indivíduo pretende observar ou para o qual se sente atraído. Daí haver pessoas ou até públicos que se disponibilizam para manifestações populares que possam oferecer o sentido da partilha e o prazer intelectual e/ou estético, implicando-se nessa atividade, vivida como experiência gratificante. A revalorização pura e simples da convivialidade e da

²² António Damásio, *Ao Encontro de Espinosa: as Emoções Sociais e a Neurologia do Sentir*, Lisboa, Temas e Debates, 2012.

²³ Patrick Charaudeau, “Pathos e discurso político”, in Ida Lúcia Machado, William Menezes, Emília Mendes (org.), *As Emoções no Discurso*, vol. 1, Rio de Janeiro, Lucerna, 2007, pp. 240-251.

²⁴ Carlos Fortuna, “Património, turismo e emoção”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 97 | 2012 (versão eletrónica colocada online a 19 de abril de 2013, em: <http://rccs.revues.org/4898>).

generosidade pode apresentar-se como fonte de resistência e de equilíbrio, revalorização essa que passa por observar de modo crítico os sentidos propostos pelos paradigmas da contemporaneidade: o homem programado e a homogeneização simplificadora por efeito da mundialização. O que leva ao entendimento de que toda ação voluntária conjunta é, hoje em dia, resistência e de que, assim, se justifica, numa lógica de pertença e de consciência coletiva, o apego à tradição promotora de convivência, na defesa de uma continuidade entre a preservação e a inovação.

Tal como a cultura de massa explora os recursos emocionais e imaginativos dos indivíduos, as “tradições populares”, definindo-se pela dimensão expressiva de uma civilização, podem evocar e suscitar histórias, fantasia e emoções. Isto assim é porque, como repara João David Pinto-Correia²⁵, à nossa volta “muito do passado ficou, algo da experiência acumulada durante séculos ainda continua igual ou semelhante, influenciando, nutrindo, matizando a mundivivência”. Se há quem entenda que “a tradição já não é o que era”, não é menos verdade que o interesse pelo vernáculo e o saudosismo do “antigamente é que era bom” voltam a estar na ordem do dia. Sinais dos tempos: os impessoais *snack-bars* vão cedendo o lugar a “tabernas” e “tasquinhas”, requalificadas e acolhedoras; um informal aviso num café de aldeia, com o dizer “Não temos WI-FI. Falem uns com os outros”, revela uma atitude possível contra os excessos de uso das novas tecnologias de comunicação e apela ao convívio direto e presencial, humanizando a sociabilidade. Outras manifestações parecem não passar de moda, como as práticas ancestrais ligadas à medicina alternativa ou às artes ditas mágicas que se mantêm populares junto de indivíduos de todos os extratos sociais, por constituírem soluções ou refúgios alternativos para a superação de carências ou inquietações. Curandeiras e rezadeiras não deixam de ser solicitadas e as ervanárias, algumas de tão boa reputação quanto antigas, outras de configuração *new age*, continuam nas nossas cidades de porta aberta, propondo “chás” reconfortantes, massagens reabilitadoras e mensagens de autoajuda.

Tal significa que a abordagem às tradições populares obriga a ter em conta os mecanismos de fabricação dos discursos e imaginários em seu redor, motivados por um ideário associado aos conceitos do lugar das origens, da tradição e do simbólico. Por exemplo, a persistência em conser-

²⁵ *Op. cit.*, p.18

var o rito da matança do porco, o orgulho na manutenção dos arraiais, a valorização da gastronomia regional, o ressurgimento da “dança das espadas”²⁶ na Ribeira Brava, a redescoberta das lendas populares, os reinventados bares de poncha, decorrem de um posicionamento assumido em relação a discursos histórica e ideologicamente motivados. Instituem-se, deste modo, formas de resistência a algumas mudanças sociais e económicas, assim como formas de afirmação identitária e de sobrevivência cultural.

Também não é por acaso que o “mundo do antigamente” se tornou um filão explorado pelo “mercado da saudade” e pela publicidade, cuja linguagem apela às forças do imaginário e das emoções do público visado. Há meses, a RTP-Madeira difundia um “comercial”, de efeito parodístico, em prol duma empresa de compra e venda de ouro, protagonizado por um caricato casal de “vilhões” de idade que decide vender parte do ouro que tinha para poder visitar o filho, a nora e os netos, emigrados na Venezuela. Este tipo de aproveitamento de estereótipos, cruzando caricaturas de um mundo em extinção com a atualidade, é bem revelador do modo como a cultura de massa recupera a cultura popular tradicional, num processo de manipulação de símbolos com alcance político e socioeconómico.

Além do recurso à força dos estereótipos para fixar o senso comum e criar empatia, os discursos dominantes numa sociedade não cessam de moldar mentalidades, padrões de comportamento e uma parte expressiva da cultura. Quando esse senso comum afirma que sobre “futebol, religião e política não se discute”, tal ditado indicia, paradoxalmente, a importância que esses temas de grande melindre podem ocupar na vida da população. Com efeito, essa trilogia, a par de outros fenómenos tão enraizados como a insularidade, a migração e o turismo – para completar o quadro de análise –, representam importantes pilares do sistema

²⁶ Segundo se crê, esta dança, que integrava a festa do Corpo de Deus, remonta, pelo menos, ao séc. XVI e, muito provavelmente, à Idade Média. Na Madeira, terá sido António Aragão quem tentou reconstituir esta tradição, da qual havia memória na Ribeira Brava. No ano 2000, Danilo Fernandes (o presidente do grupo de Folclore e Etnográfico da Boa Nova, Funchal) consegue formar o grupo “Danças das Espadas” com treze elementos masculinos. Desde então, esta dança é, por regra, apresentada ao público no dia 29 de junho após participação na Procissão da Festa de São Pedro, na Ribeira Brava. Para mais informação, v. Danilo Fernandes, “A Dança das Espadas na imprensa regional”, *Isleña*, n.º 28, 2001 (jan.-jun.), Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 158-164. Em Penafiel, essa tradição não se perdeu, havendo ainda um grupo de “dançadores” a executá-la.

social madeirense que provocam frequentemente sentimentos profundos, ora disfóricos, ora eufóricos, decorrentes da relação do indivíduo com o seu meio de origem, experiências de vida e memórias antigas. Esses seis elementos constituem-se como fator propulsor de mobilizações em prol dos interesses da comunidade, configurando-se como um repositório de tradições. Veja-se, por exemplo, o quotidiano dos insulares balizado e influenciado pela forte presença da catolicidade, desde os primórdios do povoamento do Arquipélago. As festividades, na sua maioria organizadas pela Igreja e por um grupo de festeiros, são normalmente dedicadas a Santos da sua devoção. Todavia, esse forte pendor religioso cruza-se com atmosfera de gozo pagão²⁷: tapete de flores, arcos enfeitados, procissão, promessas e “charolas”²⁸ combinam com ambiente de arraial, com comes e bebes e “charamba” (isto é, “cantar ao desafio”)²⁹.

Mercê da sua natureza geográfica e do seu processo histórico, o peso da insularidade, configurada pela ruralidade e pelo telurismo, ainda que bastante aligeirado nestas últimas décadas por força dos novos meios de transportes e telecomunicações, assim como do desafogo económico, mantém-se na Região Autónoma da Madeira, circunscrevendo a mundivivência insular a uma intensa interação social voltada para si própria.

As dificuldades de sobrevivência e o excesso populacional, bem como as catástrofes periódicas que assolam o Arquipélago, aliadas ao anseio de enriquecer em terras distantes, levam os insulares a terem os olhos postos no horizonte marítimo. Não admira que, ao longo dos séculos XIX e XX, milhares de madeirenses tenham embarcado para o Brasil, Demerara, Havai, Venezuela, Estados Unidos, África do Sul e, mais recentemente, tenham emigrado para destinos europeus. Dessas mobilidades têm resultado intercâmbios, quer a nível cultural e linguístico³⁰, quer a nível económico e social.

²⁷ Como ilustram, a título exemplificativo, os contos “Dois irmãos” (1907) de João dos Reis Gomes e “A Santa do Calhau” (1992) de Maria Aurora Carvalho Homem.

²⁸ Trata-se de uma “oferenda, em forma de pinha, pejada de frutos e outros produtos hortícolas”.

²⁹ As festas religiosas são tão antigas como o povoamento do arquipélago da Madeira. Já não terão a predominância de outros tempos, havendo hoje uma oferta maior e mais concorrida de eventos não religiosos.

³⁰ Veja-se, por exemplo, o caso da “malassada”, iguaria associada à tradição do Carnaval, quer na Madeira, quer nos Açores, sendo por estes insulares portugueses transportada, em finais do séc. XIX, para o arquipélago do Havai,

Para o Madeirense, o turismo é a atividade económica que emergiu em força na Ilha em meados do séc. XIX, favorecendo o aparecimento de hotéis, quintas para vilegiaturistas e agências transitórias e de viagens. Trouxe, também, uma dinâmica atividade portuária e uma evolução do fluxo de visitantes, passando de mais de uma centena para milhares. Tudo isto leva-o a tomar consciência da necessidade de criar e participar em eventos socioculturais, como atração e venda turísticas: casinos, bailes e animação para a sociedade elegante, tanto funchalense como estrangeira, serviços e passeios para proporcionar sensações únicas e satisfazer curiosidades, conciliando paisagem monumental, etnicidade e cosmopolitismo. É neste contexto que surgem os carreiros do Monte, convertidos numa das maiores atrações da Ilha, os memoráveis “bomboteiros” e garotos da “mergulhança”, as “glamourosas” festas do fim de ano na baía do Funchal, os extintos “cortejos etnográficos”, promovidos pela Delegação de Turismo da Madeira (1936-1979), e as cada vez mais desusadas exibições de ranchos folclóricos em restaurantes. Os madeirenses em contato com o turista cultivam, como não podia deixar de ser, uma faceta acolhedora, festiva e bem-disposta.

Por sua vez, o futebol, como fenómeno mundial a partir do séc. XX, tem repercussões em boa parte da população insular, dando-lhe motivos para exaltar a preferência clubística ou a sua identidade, elevando não raras vezes a sua autoestima, em rituais de celebração. Desde o primeiro jogo de futebol em Portugal que teve lugar no Lugar da Achada, na Camacha, em 1875, até à sua mais recente figuração no museu dedicado ao jogador de renome internacional, Cristiano Ronaldo, passando pelo facto de o Club Sport Marítimo ter sido campeão nacional em 1926 e pelas memórias de jogos disputados por sucessivas gerações no Almirante Reis, no Funchal, o futebol não tem cessado de conquistar adeptos, de instrumentalizar a influência política e de gerar oportunidades de negócio, dando origem a equipas e claques, promotoras de novos aspetos da tradição popular, no processo de sociabilização interclassista e intergeracional.

Quanto ao quadro sociopolítico e económico desenhado desde a implantação da Autonomia regional (a partir de 1976), tem-se assistido

que a perfilhou e a converteu em doce regional. Tal foi o sucesso que os havaianos passaram a chamar *Malasada Day* à nossa “terça-feira gorda”. Na verdade, as “malassadas” são mais conhecidas nos Estados Unidos do que em Portugal continental, onde se preferem as “bolas de Berlim”.

à manutenção e aprofundamento de uma cultura política, de estilo autocrático mas até então bem aceite pela maioria, assente em valores e atitudes que condicionam e influenciam a vida cultural: face a uma institucionalização de cartazes turísticos como o desfile de Carnaval à moda brasileira (deixando em segundo plano o “Cortejo Trapalhão”, no Funchal, e os mascarados do Entrudo, nos concelhos rurais), a Festa das Flores, eventos desportivos, festivais temáticos e inaugurações oficiais de empreendimentos ou edifícios, a manifestação espontânea e auto expressiva dos populares tende a ser relegada para o consumo local.

Convém, por essa razão, fazer, em primeiro lugar, um exame crítico aos discursos etnográficos que têm por objeto as culturas populares e, em especial, as gentes a elas ligadas, seja em cenário urbano, seja em cenário rural, para, de seguida, desvelar os processos de construção da tradição que motivaram uma requalificação dos objetos e gestos resgatados do passado, imbuídos, em novo contexto, de novos e oportunos significados culturais. Com efeito, essas outras marcas identitárias, inscritas na lógica da dominação cultural, motivam discursos sobre as tensões entre grupos dominantes e dominados, modernos e antigos, sobre tudo aquilo que possa ser considerado superior ou inferior, o bom gosto e o mau gosto, o científico e o senso comum, sobre uma satisfação que as circunstâncias do momento proporcionam ou as oportunidades que as crises de sociedade desencadeiam.

Em nome da consolidação da identidade regional, criaram-se ícones, museus e exposições para “turista ver” e para o filho da terra neles se rever. Ao ambientar-se no aeroporto internacional da Madeira, o passageiro, recém-desembarcado, é interpelado pelas figuras sobredimensionadas do “típico” boneco de massa amarela, um conceito importado e recriado há poucas décadas e elevado a símbolo regional³¹, patentes em amplos painéis de azulejo, como se se procurasse atenuar o efeito de não-lugar de que fala Marc Augé³². Noutros espaços, cristalizam-se estereótipos da cultura popular madeirense, como, por exemplo, no Parque Temático de Santana ou na habitual “aldeia etnográfica”, erguida e exibida

³¹ Veja-se, a esse respeito, o artigo de Teresa Brazão Câmara, “Bonecas comestíveis de maçapão” publicado na revista *Atlântico - Revista de Temas Culturais*, n.º 7, Outono 1986, Funchal, pp. 218-226.

³² Marc Augé, *Non-lieux, introduction à une anthropologie de la surmodernité*, Paris, Seuil, 1992.

no Largo da Restauração, no Funchal, pela altura do Natal. Assim enxada a história dos usos e costumes, com os seus adjuvantes materiais e espirituais, tais como as habitações populares, o artesanato, as ferramentas, as técnicas de fabrico, as armações simbólicas ou adornamentos, a culinária e as diversões, depreende-se a intencionalidade com que esta foi sendo apropriada por diferentes instâncias – poderes públicos e privados –, que contribuem para as variações funcionais e simbólicas que estes modos de vida foram adquirindo. Até porque, como repara Jorge Freitas Branco³³, se “sente cada vez mais a necessidade de produzir uma imagem constante para a indústria turística”.

Face a essa estandardização ou folclorização, torna-se necessária uma nova postura, livre de preconceitos etnocêntricos, mas ciente dos ecossistemas sociais e culturais, porque se pode incorrer no erro de encarar a História Regional e Local como algo que só busca originalidades “exóticas” em detrimento de usos e costumes tão enraizados quanto partilhados. A esse respeito, importa reter a consideração do historiador Alberto Vieira³⁴, quando chama a atenção para a falta de fundamento das explicações algo precipitadas que folcloristas madeirenses enunciaram relativamente às danças tradicionais do arquipélago (o charamba, o baile pesado, a mourisca, a canção de embalar e o baile da meia volta), vistas por eles “como resultado de uma (...) aportação cultural dos escravos” africanos. Em seu entender, tal hipótese não é aceitável porque a situação da escravatura na Madeira – com variáveis mais favoráveis à assimilação do que à resistência ou autonomia cultural – foi muito distinta da do Brasil. Com efeito, o sistema social no Arquipélago não dava margem para o desenvolvimento de formas e expressões marginais e alternativas.

Se os madeirenses sentem, legitimamente, orgulho em ter conferido a outras civilizações algum *aporte* cultural, no âmbito dos movimentos migratórios, como os casos da “exportação” da romaria à Nossa Senhora do Monte ou da “braguinha”, transformada no Havai em *ukulele*, não deveriam ter qualquer reticência em reconhecer as afinidades que têm com outras regiões do país e do mundo. Confronte-se, por exemplo, a

³³ *Op. cit.*, p. 273.

³⁴ Alberto Vieira, *Notas soltas – O quotidiano madeirense*, Funchal, CEHA – Biblioteca digital, 2002. Disponível em: <http://www.madeira-edu.pt>. Consultado em dezembro de 2013.

“escadinha” madeirense com o presépio tradicional algarvio, ou o bolo do caco com o pão *makla*, de tradição marroquina (habitual no Ramadão). Repare-se, ainda, que, nas trocas e voltas que emigrantes madeirenses fizeram, especialidades venezuelanas, como as *arepas*, as *hallacas* e *pan de jamon*, passaram a fazer parte de muitas boas mesas da Ilha. Veja-se, também, como alguns costumes beneficiaram atempadamente de uma inversão de tendência, à luz da observação de Nelson Veríssimo³⁵:

[É] bem verdade que, nas últimas duas décadas, recrudescceu o interesse por algumas tradições, designadamente as *Missas do Parto*, a *noite do Mercado*, os *Reis* e o *varrer dos armários*, principalmente pelo empenhamento da comunicação social, Igreja, grupos de música tradicional, autarquias e Casas do Povo.

Se, no Funchal, a “Folgança dos Maios” parece ter caído em desuso, subsistindo apenas numa reformulação integrada na Festa das Flores (inicialmente, um evento promovido pelo Ateneu Comercial do Funchal nos anos cinquenta que foi ganhando importância ao longo do tempo), o *Halloween* (o dia das bruxas) tornou-se na mais recente tradição adotada em Portugal e na Madeira, por importação dos Estados Unidos, mas com novos contornos relativamente ao país de origem, ganhando alguma expressão sobretudo junto dos jovens que saem à noite.

O rol de constatações que acabo de enunciar vem, deste modo, dar razão a Denys Cuche³⁶, quando afirma:

Le processus que connaît chaque culture en situation de contact culturel, celui de déstructuration puis de restructuration, est en réalité le principe même d'évolution de n'importe quel système culturel. Toute culture est un processus permanent de construction, déconstruction et reconstruction. Ce qui varie, c'est l'importance de chaque phase, selon les situations.

A época atual tende, efetivamente, a pautar-se pelo diálogo entre a aceitação de transferências culturais e a revalorização de tradições próprias. As tradições populares já não se constituem, portanto, como um repositório estático representando a autenticidade ontológica de uma

³⁵ Nelson Veríssimo, “Natal Madeirense”, *Povos e Culturas*, Lisboa, CEPCEP, n.º 11, 2007, pp. 79-86.

³⁶ Denys Cuche, *La Notion de culture dans les sciences sociales*, 3.ª ed., Paris, La Découverte (Repères, 205), 2004.

comunidade, numa lógica de distinção, mas antes como um produto de movimentos diversos, por vezes ambíguos e contraditórios, que percorrem os circuitos da fabricação dos imaginários locais ou regionais, do consumo turístico ou da invenção da tradição.

Neste sentido, as tradições populares madeirenses assumem-se como um renovado campo de estudo com contornos cada vez mais relevantes na atualidade, talvez pela consciência sociocultural de se estar envolvido numa dinâmica em que a transformação dos modos de vida provocada pela globalização já não é vista como uma ameaça. Basta lembrar, com Jean-Pierre Warnier³⁷, em *A Mundialização da Cultura*, que a humanidade é “uma máquina de fabricar diferenças”. Numa crónica publicada em 1967 na imprensa regional, Horácio Bento de Gouveia³⁸ enunciava o mesmo entendimento:

Quanto mais o cosmopolitismo recrudescer em todas as partes do mundo, impetuosamente o dominando, tanto mais o regionalismo se exterioriza, sob todas as formas. É uma reação natural dos ambientes humanos, opondo-se à sua desvirtualização, ao desenraizamento do que há de caráter próprio nos costumes, nas tradições e até na linguagem.

Interessa, pois, valorizar, numa perspetiva antropológica e numa lógica de abertura, discursos e práticas que estruturam um leque de escolha de estilos de vida e de visões do mundo no seio da sociedade madeirense. Na verdade, o património material e intangível, que abrange as suas tradições e expressões populares, merece, por respeito às suas memórias ancestrais, ser transmitido e explicado às gerações futuras. Com o projeto *Aprender a Madeira*, pretende-se, assim, dar mais um passo nessa direção.

³⁷ Jean-Pierre Warnier, *A Mundialização da Cultura*, Lisboa, Ed. Notícias, 2000, p. 105.

³⁸ Horácio Bento Gouveia, “Regionalismo – Ranchos folclóricos”, *Crónicas do Norte*, com prefácio de José António Gonçalves, Madeira, Câmara Municipal de S. Vicente, 1994, p. 142.